Maxi educa

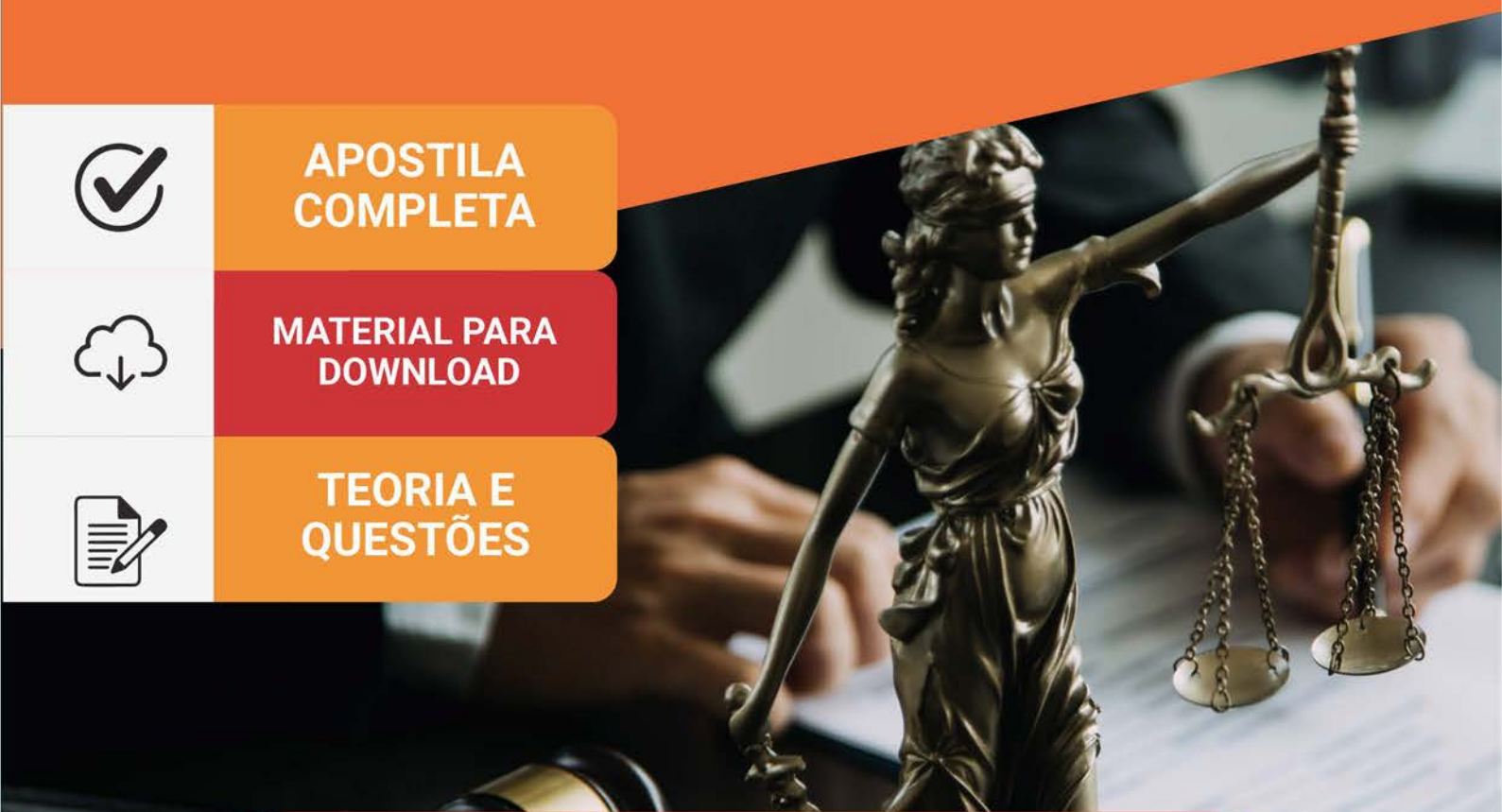
CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANALISTA LEGISLATIVO - REGISTRO E REDAÇÃO

APOSTILA COMPLETA

MATERIAL PARA DOWNLOAD

TEORIA E QUESTÕES



EDITAL Nº 1 – CÂMARA DOS DEPUTADOS – ANALISTA LEGISLATIVO, DE 2 DE OUTUBRO DE 2026

Maxi educa

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é ápenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos
- Questões gabaritadas

Adquira agora o material completo.
www.maxieduca.com.br

SUMÁRIO

Câmara dos Deputados

Analista Legislativo - Registro e Redação

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados 1
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais 6
Domínio da ortografia 14
Domínio dos mecanismos de coesão textual. 21
Emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual 26
Emprego de tempos e modos verbais 27
Domínio da estrutura morfossintática do período. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto 29
Emprego das classes de palavras 35
Emprego dos sinais de pontuação 47
Concordância verbal e nominal 51
Regência verbal e nominal 57
Emprego do sinal indicativo de crase 64
Colocação dos pronomes átonos 68
Reescrita de frases e parágrafos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade 70
Significação das palavras 72
Substituição de palavras ou de trechos de texto 76
QUESTÕES 77
Gabarito 91

LÍNGUA INGLESA

Compreensão de textos variados: domínio do vocabulário e da estrutura da língua, ideias principais e secundárias, explícitas e implícitas, relações intratextuais e intertextuais 1
Itens gramaticais relevantes para compreensão de conteúdos semânticos 5
Conhecimento e uso das formas contemporâneas da linguagem inglesa 7
Questões 9
Gabarito 14

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Estado, governo e Administração Pública: conceito, elementos, poderes e organização do Estado; Princípios constitucionais e doutrinários da Administração Pública 1

Organização administrativa: administração direta e indireta; centralização, descentralização, concentração e desconcentração 5

Ato administrativo; Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies, extinção, nulidades e revogação; Parecer: responsabilidade do emissor do parecer 11

Agentes públicos; Disposições constitucionais aplicáveis; Cargo, emprego e função pública; Requisição; Regime jurídico dos servidores públicos federais (Lei 8.112/1990 e suas alterações) 17

Direito administrativo disciplinar; Fontes e princípios; Ilícito de direito administrativo disciplinar; Procedimentos disciplinares da administração pública 69

Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784/1999 e suas alterações) 78

Poderes administrativo; Discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; Uso e abuso do poder 89

Responsabilidade civil do Estado; Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro; Responsabilidade por ato comissivo do Estado; Responsabilidade por omissão do Estado; Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado; Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado 92

Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 e suas alterações) 97

Evolução dos modelos de gestão pública: patrimonialismo, administração burocrática e nova gestão pública (New Public Management); Nova Governança Pública (New Public Governance): conceito, fundamentos e evolução; Ação pública em redes de cooperação, articulação interinstitucional e parcerias com o setor privado e terceiro setor; Coprodução do bem público, participação cidadã e transparência ativa; Valor Público, cadeia de valor público 117

Governança na Administração Pública; Governança pública: conceito, distinção entre governança e governabilidade e alinhamento estratégico; Mecanismos de governança: liderança, estratégia e controle; Conceito de valor público: geração de valor para a sociedade, entrega de resultados, sustentabilidade e avaliação de impactos de políticas públicas 123

Decreto Federal nº 9.203/2017 e suas alterações (política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional) 128

Noções de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021 e suas alterações); Licitação Pública: conceito, princípios, finalidade do procedimento licitatório, modalidades, dispensa e inexigibilidade de licitação; Contratos administrativos; Características do contrato administrativo; Formalização, gestão e fiscalização do contrato; Planejamento e fiscalização contratual; Papel do fiscalizador do contrato; Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência 133

Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011 e suas alterações) 212

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 e suas alterações) 224

QUESTÕES 247

GABARITO 252

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E DE REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Constituição federal de 1988: conceito, contexto histórico, características, estrutura do texto 1
Princípios fundamentais 5
Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, direitos políticos e partidos políticos 11
Organização do estado: organização políticoadministrativa, união, estados, municípios, distrito federal e territórios. Intervenção federal 28
Administração pública: disposições gerais, servidores públicos civis e militares 42
Poder legislativo: o congresso nacional e suas casas (atribuições, competências, reuniões e comissões) 52
Regime jurídico constitucional dos parlamentares 63
Regimento interno da câmara dos deputados; disposições preliminares e órgãos da câmara (arts. 1º a 24 e suas alterações); sessões da câmara (arts. 65 A 94 e suas alterações); deputados (arts. 226 A 251 e suas alterações); administração e economia interna (arts. 262 A 273 e suas alterações) 69
Regimento comum do congresso nacional; título i; título iv, capítulo ii e capítulo iii (até art. 103) 110
Questões 114
Gabarito 118

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DADOS

Msoffice 365 (word, excel, powerpoint e onedrive) 1
Redes de computadores; conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de internet e intranet 33
Ferramentas de comunicação e colaboração: correio eletrônico (webmail, cliente de e-mail), aplicativos de comunicação (microsoft teams, google meet) 49
Conceitos gerais de segurança e governança digital; segurança da informação: procedimentos de cópia de segurança (backup), noções de vírus, worms e pragas virtuais; programas de proteção (antivírus, firewall, antispyware); ameaças digitais (phishing, pharming) 56
Conceitos básicos de inteligência artificial; engenharia de prompts; aprendizado supervisionado, não supervisionado e por reforço 77
Ia generativa: conceitos, exemplos e casos de uso 83
Ética e responsabilidade digital no serviço público 89
Dados: conceitos, atributos, métricas, transformação de dados 94
Visualização de dados: princípios de visualização de dados; tipos de gráficos (histograma, linha, barra, dispersão, box plot); ferramentas de visualização de dados (power bi, tableau e data studio); storytelling para visualização de dados 99
Questões 104
Gabarito 108

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

LINGUÍSTICA

Teoria do signo linguístico. Linguagem, língua e fala. Significante e significado; significação. Arbitrariedade e motivação; linearidade. Referente, referência, representação, sentido 1

Categorias semânticas: gênero, número, pessoa, tempo, modo, aspecto e papéis semânticos 5

Relações de comparação, relações de causa e efeito e de contraste 10

Leitura. Compreensão literal, coesão e coerência textual. Ideia principal e detalhes de apoio. Relações coesivas: referência, substituição, elipse, repetição 14

Grupos vocálicos e estrutura e formação de palavras. 15

Palavras homônimas, parônimas e cognatas. Relações de sentido entre palavras: sinonímia, antonímia, hiperonímia, hiponímia, campo semântico. Denotação e conotação. 24

Compreensão interpretativa: propósito do autor, informações implícitas, distinção entre fato e opinião 24

Compreensão crítica: seleção de inferência 26

Organização retórica: generalização, exemplificação, descrição, definição, especificação 28

Reconhecimento dos recursos de produção de textos. Recursos estilísticos e estruturais na elaboração de tipos e gêneros textuais variados. Adequação da linguagem ao gênero e às convenções da escrita 33

Teoria da Enunciação e Análise do Discurso. Situação de comunicação; enunciação e enunciado; a teoria da enunciação na produção do texto escrito. Conceitos de texto e discurso; dialogismo e polifonia; esferas sociais de comunicação. Retórica e oratória parlamentar 38

Gêneros Discursivos, Tipologia e Processos Textuais. Gêneros do discurso e tipos textuais; aspectos de macro e microestrutura; construção composicional, conteúdo temático e estilo. Intertextualidade; processos de retextualização; reescritura e paráfrase 42

Linguagem e variação linguística. Tipos de variação linguística; dialetos e registros. Oralidade e escrita. Formalidade e informalidade. Normas linguísticas. A variação linguística no português do Brasil. A variação linguística e a construção do texto escrito 47

Língua e gramática: Concepções de gramática; tipos de gramática. Correção e incorreção. Propriedade e impropriedade 51

Funções da linguagem 56

Retórica e figuras de linguagem 57

Comunicações oficiais, introduções e fechos apropriados. Pronomes de Tratamento. Reduções Ortográficas. Conceitos e estrutura de documentos oficiais. 62

Noções básicas de lógica: conectivos, argumentos e notação 82

Técnica Legislativa: Lei Complementar Federal nº 95/1998 e suas alterações (dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis) 87

Questões 92

Gabarito 96

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

RECONHECIMENTO DE FALA, TRANSCRIÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Sistemas de informação: fundamentos de sistemas de informação; levantamento de requisitos informacionais 1

Reconhecimento de Fala e Transcrição de Áudio. Reconhecimento automático de fala (ASR – Automatic Speech Recognition). Modelos de fala end-to-end. LLMs multimodais de áudio nativo 1

Diarização de falantes: identificação e separação de múltiplos oradores 5

Pontuação automática e capitalização em transcrições 9

Desafios do ASR em Português Brasileiro: sotaques, vocabulário técnico e parlamentar 13

Transcrição em tempo real 16

Ferramentas e APIs: Whisper (Open AI), Google Speech-to-text, Azure Speech, AWS Transcribe 19

Degravação e Pós-processamento de Transcrições. Diferença entre transcrição automática, degravação e revisão humana. Fluxo de trabalho de degravação assistida por IA (Human in the loop) 23

Revisão e edição de transcrições: critérios de qualidade e fidelidade 26

Formatação de transcrições parlamentares: identificação de oradores, marcação de pausa ruído, etc 29

Normalização de texto: números, siglas, abreviações e termos técnicos. Ferramentas de CAT (Computer Assisted Transcription) e editores de transcrição 32

Controle de qualidade: revisão em dupla, auditorias de amostras, SLA. Vocabulário técnico parlamentar e vocabulário adaptado (language model adaptation) 36

IA Aplicada no Contexto Parlamentar. Aplicações de IA em parlamentos: transcrição de sessões, sumarização, indexação e busca. Sistemas de busca semântica em acervos parlamentares. Geração automática de atas e resumos de sessões. Modelos de IA multilíngues e especializados em português 39

Proteção e segurança da informação. LGPD e proteção de dados em sistemas de transcrição e IA. Direitos autorais e ética no uso de IA para conteúdo gerado. Segurança da informação em pipelines de áudio e transcrição 42

Questões 46

Gabarito 50

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

PROCESSO LEGISLATIVO E REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, REGIMENTO COMUM DO CONGRESSO NACIONAL

Procedimento Legislativo: Tipos de procedimento, ordinário, abreviado, sumário, sumaríssimo, especial e concentrado; Etapas e noções básicas. Comissões, pareceres, deliberação, votação, sanção e veto **1**

Matérias Legislativas: Projeto de lei ordinária, complementar e delegada. Medida provisória. Projeto de decreto legislativo e projeto de resolução. Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Indicações, pareceres, requerimentos e vetos **7**

Iniciativa Legislativa: Presidência da República, Congresso Nacional, tribunais e cidadãos **12**

Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Resolução nº 17/1989 da Câmara dos Deputados e suas alterações (arts. 25 a 64; arts. 95 a 200) **17**

Regimento Comum do Congresso Nacional. Resolução nº 1/1970 – CN e suas alterações (arts. 1º a 71) **74**

Questões **82**

Gabarito **85**

CIÊNCIA POLÍTICA

Regimes políticos **1**

Sistemas e formas de governo **3**

Representação política **6**

Poderes e relações entre poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário **10**

Sistemas eleitorais **30**

Teoria dos partidos políticos **33**

Organização política brasileira **37**

Temas relevantes de política internacional e brasileira contemporânea **42**

Teoria do Estado e formação dos Estados nacionais **55**

Formação do Estado brasileiro **60**

História do voto e dos partidos no Brasil **65**

Questões **68**

Gabarito **72**

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita , ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema , os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais , que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário :** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textosnão-verbais , que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Língua Inglesa

A compreensão e interpretação de textos em língua inglesa vão muito além da simples tradução de palavras. Esse processo envolve a capacidade de entender o significado global do texto, reconhecer relações entre suas partes e identificar como ele dialoga com outros textos e contextos. Para que isso ocorra de forma eficiente, é fundamental desenvolver tanto o domínio do vocabulário e da estrutura da língua quanto a habilidade de perceber relações intratextuais e intertextuais.

O processo de leitura em inglês requer não apenas o reconhecimento de palavras isoladas, mas a capacidade de entender como essas palavras se organizam para construir significados complexos. Além disso, é essencial que o leitor consiga identificar relações internas no texto, como a coesão entre parágrafos e a progressão de ideias, bem como conexões externas, que envolvem referências a outros textos, contextos históricos, culturais ou literários.

A seguir, o tema será explorado em três partes: o domínio do vocabulário e da estrutura da língua, as relações intratextuais e a intertextualidade no processo de leitura.

Domínio do vocabulário e da estrutura da língua

O primeiro passo para uma compreensão eficaz de textos em inglês é o domínio do vocabulário. O vocabulário pode ser dividido em dois tipos principais:

- **Active vocabulary (vocabulário ativo)**: composto por palavras que o leitor é capaz de usar em sua própria produção oral e escrita.
- **Passive vocabulary (vocabulário passivo)**: formado por palavras que o leitor reconhece e compreende quando encontra em um texto, mas que pode não usar com frequência em suas próprias falas ou escritas.

Para interpretar textos com precisão, é necessário ampliar o vocabulário passivo, pois ele representa uma grande parte das palavras encontradas em leituras acadêmicas, jornalísticas, literárias e técnicas. Estratégias como a leitura regular de diferentes tipos de textos, o uso de flashcards, a prática de contextos de uso e o estudo de sinônimos e antônimos ajudam a expandir esse repertório.

Além do vocabulário isolado, é fundamental compreender o uso de expressões idiomáticas (idiomatic expressions), phrasal verbs, collocations (combinações de palavras que ocorrem naturalmente) e false cognates (falsos cognatos), que podem levar a interpretações equivocadas se não forem bem conhecidos. Por exemplo, o termo “actually” em inglês significa “na verdade” e não “atualmente”, o que é um erro comum entre estudantes de inglês.

O domínio da estrutura da língua (grammar structures) também é essencial. Isso inclui o conhecimento de tempos verbais (verb tenses), vozes ativa e passiva (active and passive voice), uso de modais (modal verbs), estruturas condicionais (conditional sentences) e conjunções (conjunctions) que conectam ideias. A compreensão da gramática permite que o leitor identifique o papel de cada elemento no texto, facilitando a interpretação de informações implícitas e explícitas.

Por exemplo, ao ler a frase “If I had known about the meeting, I would have attended,” o leitor deve reconhecer que se trata de uma third conditional sentence, que expressa uma situação hipotética no passado, indicando que o falante não sabia da reunião e, portanto, não compareceu. Esse entendimento é crucial para interpretar o significado além das palavras individuais.

O conhecimento gramatical também contribui para a identificação de referências anafóricas e catafóricas (quando um pronome ou termo faz referência a algo já mencionado ou que será mencionado no texto), o que é fundamental para manter a coesão e entender como as ideias se relacionam.

Assim, o domínio do vocabulário e da estrutura gramatical da língua inglesa é o alicerce para uma leitura eficiente, permitindo que o leitor vá além da decodificação de palavras para compreender o significado completo do texto.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Estado, Governo e Administração Pública: noções fundamentais

Conceito de Estado

Estrutura política, jurídica e territorial

O Estado é a organização política e jurídica formada para ordenar a vida em sociedade, exercer autoridade sobre determinado território e buscar a realização do interesse público. No Direito Administrativo, o Estado é compreendido como pessoa jurídica de Direito Público, capaz de adquirir direitos, assumir obrigações, prestar serviços, editar normas, exercer poderes e responder por seus atos.

O Estado não se confunde com Governo nem com Administração Pública. Ele é a estrutura permanente. O Governo corresponde à direção política temporária dessa estrutura. A Administração Pública é o conjunto de órgãos, entidades e agentes que executam concretamente as atividades administrativas.

Elementos constitutivos do Estado

Povo, território e soberania

Tradicionalmente, o Estado é formado por três elementos essenciais: povo, território e soberania. O povo representa o elemento humano, isto é, o conjunto de pessoas vinculadas juridicamente ao Estado. O território é o espaço físico sobre o qual o Estado exerce sua autoridade. A soberania é o poder de autodeterminação, que permite ao Estado organizar-se internamente e relacionar-se externamente com independência.

Elemento	Significado
Povo	Conjunto de pessoas vinculadas ao Estado
Território	Espaço onde o Estado exerce sua autoridade
Soberania	Poder de autodeterminação política e jurídica

Finalidade do Estado

Realização do interesse público

A finalidade do Estado é promover o bem comum, organizar a convivência social, garantir direitos, manter a ordem jurídica e prestar atividades necessárias à coletividade. Para isso, utiliza o Governo como centro de direção política e a Administração Pública como instrumento de execução prática das decisões estatais.

Governo: conceito, função política e direção do Estado

Conceito de Governo

Comando político do Estado

Governo é o conjunto de órgãos e agentes responsáveis pela direção política do Estado. Ele define prioridades, estabelece programas, conduz políticas públicas e orienta a atuação estatal conforme o projeto político escolhido legitimamente. Enquanto o Estado é permanente, o Governo é temporário, pois muda conforme eleições, mandatos e alternância de poder.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.



A Constituição Federal de 1988 foi elaborada no contexto de redemocratização do Estado brasileiro, após um longo período de restrição das liberdades políticas e civis. Sua promulgação representou a reorganização das instituições, a ampliação dos direitos fundamentais e a reafirmação da soberania popular como fundamento do poder político.

O texto constitucional estabeleceu um Estado Democrático de Direito comprometido com a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político, a cidadania, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Também definiu objetivos voltados à construção de uma sociedade livre, justa e solidária, à redução das desigualdades e à promoção do bem de todos.

▸ Características da Constituição

Classificação e rigidez constitucional

A Constituição de 1988 é escrita, promulgada, formal, dogmática, analítica, dirigente e rígida. É promulgada porque resultou da atuação de representantes eleitos; analítica porque disciplina numerosos temas; dirigente porque estabelece programas e objetivos para o Estado; e rígida porque sua alteração exige procedimento mais complexo do que o utilizado para a elaboração das leis ordinárias.

A rigidez assegura a supremacia formal da Constituição. Sua supremacia material decorre da relevância de seus conteúdos, especialmente os relacionados aos direitos fundamentais, à organização do Estado e à limitação do poder.

▸ Estrutura do texto constitucional

Preâmbulo, parte permanente e disposições transitórias

A Constituição é composta pelo preâmbulo, pelo texto permanente e pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O preâmbulo apresenta valores inspiradores da ordem constitucional. A parte permanente disciplina direitos, organização estatal, Poderes, tributação, economia e ordem social. As disposições transitórias regulam a passagem entre a ordem anterior e a nova Constituição, além de prever medidas específicas de adaptação institucional.

▸ Força normativa e aplicabilidade

Constituição como fundamento de validade

A Constituição ocupa o centro do sistema jurídico e condiciona a validade das demais normas. Suas disposições podem ter eficácia plena, contida ou limitada, conforme a possibilidade de aplicação imediata e a necessidade de regulamentação. Ainda assim, todas possuem força jurídica e orientam a atuação legislativa, administrativa e jurisdicional.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Word

O Word 2016 é uma versão de edição de textos que apresenta novas ferramentas e recursos para que o usuário crie, edite e compartilhe documentos de maneira fácil e prática.

Possui interface gráfica baseada na Faixa de Opções (Ribbon), modelos de documentos e estilos de formatação predefinidos, permitindo aplicar padronização e recursos visuais ao documento.

Integra-se a serviços da web, como Facebook, Flickr, YouTube, OneDrive e Twitter, possibilitando compartilhamento e trabalho colaborativo.

▸ Novidades no Word 2016

Diga-me o que você deseja fazer

Localização de comandos

Facilita a localização e a realização das tarefas de forma intuitiva, essa nova versão possui a caixa Diga-me o que deseja fazer, onde é possível digitar um termo ou palavra correspondente à ferramenta ou configurações que procura.

A caixa “Diga-me o que você deseja fazer” funciona como um campo de busca inteligente que permite localizar comandos e configurações por meio da digitação de palavras-chave.

Trabalhando em grupo, em tempo real

Compartilhamento simultâneo

Permite que vários usuários trabalhem no mesmo documento de forma simultânea.

O compartilhamento é realizado pelo botão Compartilhar, permitindo definir permissões (como Pode editar”) e enviar convite por e-mail.

Ao armazenar um documento on-line no OneDrive ou no SharePoint e compartilhá-lo com colegas que usam o Word 2016 ou Word On-line, vocês podem ver as alterações uns dos outros no documento durante a edição. Após salvar o documento on-line, clique em Compartilhar para gerar um link ou enviar um convite por e-mail. Quando seus colegas abrem o documento e concordam em compartilhar automaticamente as alterações, você vê o trabalho em tempo real.

Pesquisa inteligente

Integração com o Bing

Integra o Bing, serviço de buscas da Microsoft, ao Word 2016. Ao clicar com o botão do mouse sobre qualquer palavra do texto e no menu exibido, clique sobre a função Pesquisa Inteligente, um painel é exibido ao lado esquerdo da tela do programa e lista todas as entradas na internet relacionadas com a palavra digitada.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

A NATUREZA DO SIGNO LINGUÍSTICO

O signo como unidade mínima de significação

Todo sistema de comunicação verbal se organiza a partir de uma unidade básica capaz de associar uma forma perceptível a um conteúdo inteligível: o signo. Compreender a linguagem verbal como um sistema de signos significa admitir que nenhuma palavra isolada carrega sentido por uma propriedade física ou natural; o sentido surge da articulação entre uma forma sonora (ou gráfica) e uma ideia que essa forma é convencionalmente autorizada a evocar. O signo linguístico não é, portanto, a simples etiqueta de uma coisa do mundo, mas uma entidade psíquica de duas faces, indissociáveis uma da outra, que só existem em função de sua combinação recíproca.

Essa concepção difere de uma visão ingênua da linguagem como simples nomeação, em que palavras seriam rótulos colados a objetos preexistentes. Se a linguagem fosse apenas nomeação, bastaria aprender a lista de correspondências entre palavras e coisas para dominar qualquer língua, e a tradução entre idiomas seria uma operação de substituição mecânica, item por item. A experiência de qualquer falante bilíngue mostra o contrário: os recortes semânticos de uma língua raramente coincidem exatamente com os de outra, porque cada sistema linguístico organiza o continuum do pensamento e da experiência de modo próprio, por meio de seus signos.

Dupla face do signo: a unidade indissociável

Ao se afirmar que o signo linguístico é constituído por duas faces, quer-se dizer que a imagem acústica (ou sua correspondente gráfica, no caso da escrita) e o conceito a ela associado não existem um sem o outro dentro do sistema. Não há significante vazio, sem significado, assim como não há significado que subsista fora de toda forma linguística concreta. Essa unidade é comparável a uma folha de papel: não se pode recortar o verso sem recortar, ao mesmo tempo, o anverso. Separar as duas faces do signo apenas para fins de análise é um procedimento teórico legítimo, mas não corresponde a uma cisão real na experiência do falante, que apreende o signo como um bloco único de significação.

Essa indissociabilidade explica por que a aprendizagem de uma língua estrangeira exige mais do que memorizar listas de equivalências lexicais: é necessário reconstruir, para cada novo signo, a associação específica entre uma forma sonora particular e um recorte conceitual que pode não ter correspondente exato na língua materna do aprendiz.

A relação entre significante e significado

O significante corresponde à face perceptível do signo: a sequência de sons organizados segundo o sistema fonológico de uma língua, ou, na modalidade escrita, a sequência de grafemas que a representam. O significado, por sua vez, corresponde ao conceito, à representação mental que o significante evoca na consciência dos falantes de uma comunidade linguística. É fundamental observar que o significado não é a coisa do mundo real, mas uma categoria mental, uma generalização abstrata que permite reconhecer como pertencentes a uma mesma classe elementos distintos da experiência.

Significação como processo relacional

A significação é o próprio ato de associar significante e significado, o processo pelo qual essa união se atualiza em cada emprego do signo. Não se trata de uma soma de duas partes previamente constituídas, mas de uma relação que confere identidade a ambas simultaneamente: um significante só é reconhecido como tal porque remete a um significado, e um significado só se manifesta linguisticamente porque encontra expressão

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Fundamentos do Reconhecimento Automático de Fala

O que é o Reconhecimento Automático de Fala

O Reconhecimento Automático de Fala, designado pela sigla ASR (Automatic Speech Recognition), corresponde ao conjunto de técnicas computacionais responsáveis por converter um sinal sonoro contendo fala humana em uma representação textual correspondente. Trata-se de uma tarefa de natureza sequencial, na qual uma entrada contínua no domínio acústico precisa ser mapeada para uma saída discreta no domínio linguístico, respeitando a ordem temporal dos eventos sonoros e as regras estruturais da língua em que o enunciado foi produzido. Essa conversão não é trivial, pois o sinal de voz carrega, além do conteúdo lexical, variações de entonação, ritmo, intensidade e timbre que não possuem correspondência direta com a ortografia.

Da onda sonora ao texto

O processo inicia-se pela captura do sinal acústico, normalmente digitalizado por meio de amostragem e quantização, produzindo uma sequência de valores numéricos que representam a pressão sonora ao longo do tempo. A partir dessa representação bruta, aplica-se uma etapa de extração de características, na qual o sinal é segmentado em pequenos intervalos sobrepostos, dos quais se calculam coeficientes que descrevem o conteúdo espectral de cada trecho. Historicamente, os coeficientes cepstrais em escala Mel figuraram como a representação mais utilizada, por aproximarem a forma como o sistema auditivo humano percebe as frequências sonoras. Já em sistemas mais recentes, baseados em redes neurais profundas, é comum empregar representações aprendidas diretamente a partir do espectrograma ou mesmo da forma de onda bruta, dispensando parte da engenharia manual de características.

Componentes clássicos do pipeline

Nos sistemas tradicionais, a tarefa de reconhecimento é decomposta em módulos especializados que operam de forma encadeada. O modelo acústico estabelece a correspondência estatística entre as características extraídas do sinal e unidades sublexicais, como fonemas. O léxico de pronúncia funciona como uma tabela de conversão entre essas unidades sonoras e as palavras do vocabulário reconhecido, explicitando as possíveis pronúncias de cada item lexical. O modelo de linguagem, por sua vez, atribui probabilidades a sequências de palavras, favorecendo combinações gramaticalmente e semanticamente plausíveis em detrimento de sequências improváveis, mesmo quando estas sejam acusticamente parecidas. A etapa final, chamada de decodificação, combina as informações desses três módulos para encontrar a sequência de palavras mais provável dado o sinal observado.

Evolução das Abordagens Tecnológicas

Modelos baseados em HMM e GMM

Durante décadas, a abordagem dominante em reconhecimento de fala baseou-se em Modelos Ocultos de Markov combinados com Misturas de Gaussianas, conhecidos pela sigla GMM-HMM. Nessa formulação, cada estado oculto do modelo de Markov representa uma unidade acústica, e a distribuição de probabilidade das características observadas em cada estado é modelada por uma soma ponderada de distribuições gaussianas. A transição entre estados obedece a probabilidades previamente estimadas a partir de grandes volumes de dados de treinamento, permitindo capturar a dinâmica temporal da fala. Essa arquitetura exigia alinhamento explícito entre quadros do sinal e estados acústicos, geralmente obtido por algoritmos de programação dinâmica, e dependia fortemente de recursos linguísticos cuidadosamente construídos, como dicionários de pronúncia abrangentes.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Procedimento Legislativo Ordinário e Modalidades Afins

Conceito e Função do Procedimento Legislativo

O procedimento legislativo corresponde à sucessão ordenada de atos e fases por meio dos quais uma proposição percorre as instâncias internas de uma casa parlamentar até alcançar sua conclusão, seja pela aprovação, pela rejeição ou pelo arquivamento. Trata-se de um conjunto de ritos disciplinados pelo regimento interno de cada câmara legislativa, cuja finalidade é assegurar que a formação das normas jurídicas observe etapas mínimas de discussão, exame técnico e deliberação coletiva, preservando ao mesmo tempo a legitimidade democrática do processo e a racionalidade na tramitação das matérias. A existência de procedimentos diferenciados decorre da constatação de que nem todas as proposições possuem a mesma complexidade ou urgência, de modo que o regimento estabelece ritos distintos, mais ou menos extensos, conforme a natureza da matéria e o grau de celeridade que a situação concreta reclama.

O Procedimento como Sucessão Ordenada de Atos

Cada procedimento legislativo pode ser compreendido como uma cadeia de atos processuais que se sucedem em ordem lógica e cronológica, iniciando-se com a apresentação da proposição, passando pelo exame nas comissões competentes, pela discussão e votação em plenário e, quando cabível, pela remessa à outra casa legislativa ou à sanção do chefe do Poder Executivo. Essa sucessão não é meramente formal, pois cada fase cumpre uma função específica no amadurecimento da proposta: a instrução técnica realizada nas comissões permite depurar a redação e identificar eventuais vícios de constitucionalidade ou de técnica legislativa, ao passo que a deliberação em plenário confere à decisão o batismo da vontade coletiva dos representantes eleitos. A supressão indevida de qualquer dessas fases pode comprometer a validade do ato normativo resultante, razão pela qual os regimentos internos cuidam de detalhar com precisão os prazos, os quóruns e as condições de admissibilidade em cada etapa.

O Procedimento Ordinário como Modelo-Regra

Entre as modalidades procedimentais, o procedimento ordinário configura o rito-padrão, aplicável a toda proposição que não se enquadre em alguma hipótese de tramitação diferenciada. Nele, a proposição passa, em regra, pelo exame de uma ou mais comissões permanentes, nas quais se emitem pareceres sobre o mérito e sobre a compatibilidade da matéria com a Constituição e com a boa técnica legislativa, para somente depois ser submetida à discussão e votação do plenário. Esse itinerário mais extenso justifica-se pela necessidade de assegurar amplo debate e aprofundado exame técnico, sobretudo quando a proposição não apresenta urgência que justifique sua tramitação abreviada. O procedimento ordinário funciona, assim, como parâmetro de comparação para a compreensão dos demais ritos, que se diferenciam dele justamente pela supressão, concentração ou aceleração de determinadas fases.

Procedimentos Abreviado, Sumário e Sumaríssimo

Ao lado do rito ordinário, os regimentos internos preveem modalidades de tramitação mais céleres, destinadas a situações em que a demora do procedimento-padrão se mostraria incompatível com a natureza da matéria ou com prazos constitucionalmente fixados. Essas modalidades distinguem-se entre si pelo grau de compressão das fases regimentais, pela simplificação dos pareceres exigidos e pela possibilidade de supressão de etapas intermediárias, sempre sem prejuízo da garantia mínima de discussão coletiva.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

De antemão, ressalta-se que os regimes de governo são os modos definidores dos governos no condizente à sua aplicação e dissolução do poder.

Tais regimes, poderão ser:

a) Democráticos;

b) Autoritários; ou

c) Totalitários.

Desta maneira, antes de adentrarmos às espécies de regimes de governo, vejamos abaixo, importantes definições acerca de Governo e Estado, bem como os conceitos e significados que cada regime carrega consigo.

Governo e Estado

Trata-se o Estado de uma instituição criada, cujo fim, é a definição da soberania, bem como o conjunto de regras de um determinado território.

Já o governo, se trata do gestor de um Estado específico.

Desta forma, existem Estados regidos por governos mais flexíveis, que encontram a soberania no povo, bem como governos menos flexíveis, que suprimem a soberania do povo através da suspensão e da revogação de direitos.

Existem ainda, governos que buscam controlar a vida total da população, nos âmbitos político e jurídico e pessoal.

Desta maneira, temos o seguinte:

GOVERNOS FLEXÍVEIS (Regime Democrático)	Encontram a soberania no povo.
GOVERNOS INFLEXÍVEIS (Regime Autoritário)	Suprimem a soberania do povo através da suspensão e da revogação de direitos.
GOVERNOS CONTROLADORES (Regime Totalitário)	Controlam a vida total da população, nos âmbitos político e jurídico e pessoal.

Ressalta-se que geralmente existe confusão acerca dos temas relacionados ao regime de governo, forma de governo e sistema político.

Todavia, as formas de governo podem ser as consideradas clássicas e legítimas pelo filósofo Aristóteles como monarquia, aristocracia e democracia, bem como as ilegítimas, que se referem à tirania, à oligarquia e também à demagogia. Sendo que além das referidas classificações antigas, existem também as classificações modernas e contemporâneas. Um exemplo disso, é a “república”, classificação dada por Nicolau Maquiavel ao principado.

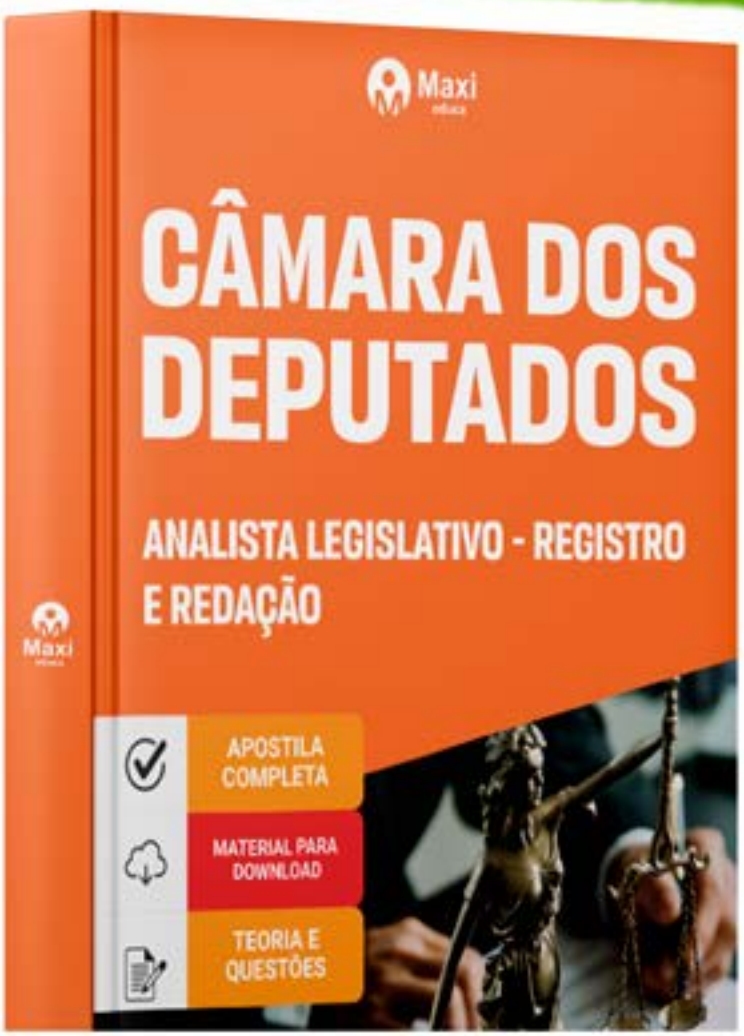
Contudo, no que condiz aos sistemas políticos, destaca-se que se trata de mecanismos por meio dos quais, o poder político é organizado e exercido. São exemplos de sistemas políticos: o parlamentarismo e o presidencialismo.

Já o regime de governo, trata apenas da forma como o poder é distribuído entre os elementos de um mesmo Estado, sendo que tal forma poderá ocorrer de modo autoritário, democrático e totalitário.

Além disso, é através do regime de governo que se identifica o relacionamento da soberania de determinado governo com os outros elementos dele, que são o governa**nte e os governados.**

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Maxi educa



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!